

Rede Social

Conselho Local de Ação Social do Entroncamento

Plano de Desenvolvimento Social



2015/2017

ÍNDICE

fl.

1 - PROGRAMA REDE SOCIAL NO ENTRONCAMENTO	3
2 – RESENHA HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO (2004-2017)	3
3 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ENTRONCAMENTO 2015-2017	6
3.1 – OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	8
3. 1 EIXO 1: EDUCAÇÃO	10
3. 2 - EIXO 2: CIDADANIA	16
3. 3 - EIXO 3: INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	20
3. 4 - EIXO 4: SAÚDE	25
3. 5 - EIXO 5: HABITAÇÃO SOCIAL	29
4 - CONCLUSÃO	33
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1 - PROGRAMA REDE SOCIAL NO ENTRONCAMENTO

A Rede Social é uma medida de política social que visa a articulação das entidades públicas e privadas que desenvolvem atividade na área concelhia, com vista à erradicação da pobreza e da exclusão social e à promoção do desenvolvimento local, tendo sido criada em Novembro de 1997, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, e estabelecida atualmente pelo Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho. Funciona através de uma lógica de articulação e de uma dinâmica de cooperação, fundamentadas num conjunto de princípios: *subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação*, capazes de garantir a funcionalidade do dispositivo criado e dar coerência às atuações desenvolvidas no programa. No sentido da concretização dos objetivos que estão na origem da Rede Social deverá basear o seu trabalho em metodologias participativas de investigação ação, com vista a um planeamento estratégico criativo e participativo.

2 – RESENHA HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO (2004-2017)

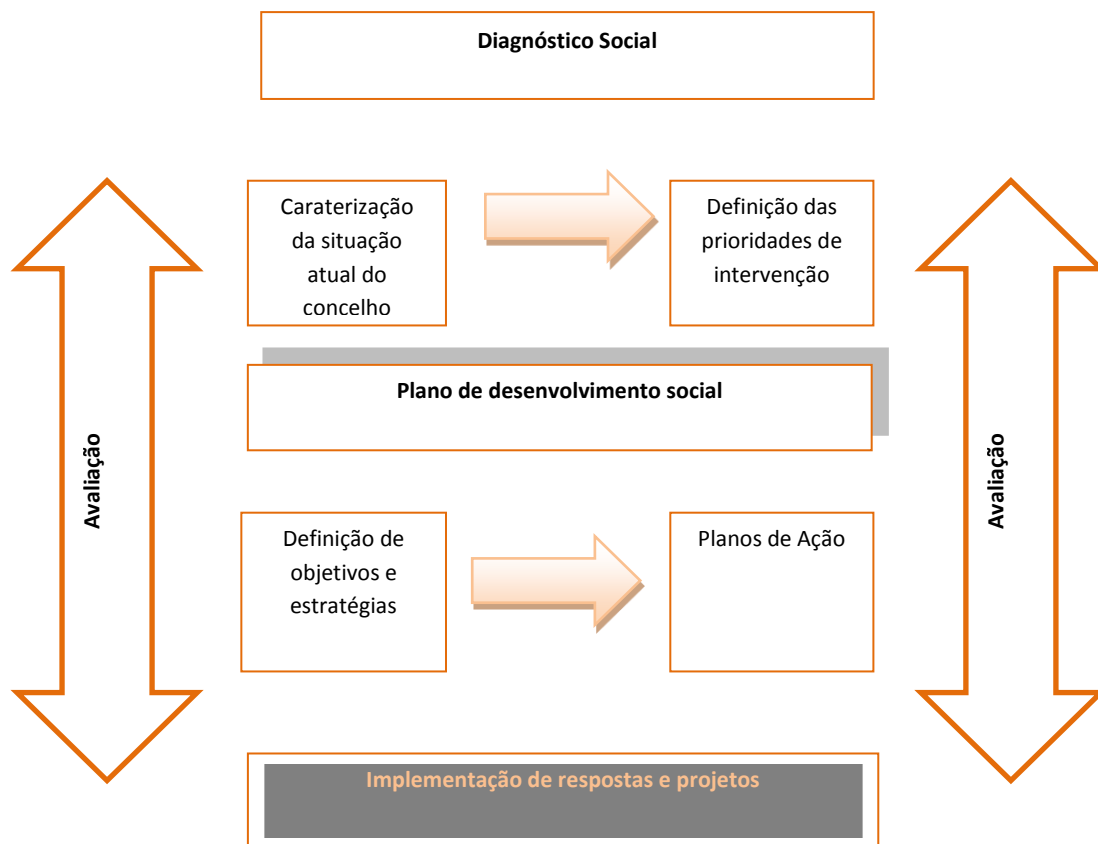
A implementação da Rede Social no concelho foi sendo realizada de uma forma faseada. O diagnóstico da situação concelhia, compreendeu a elaboração do documento Pré Diagnóstico (2010), aprovado e correspondeu a uma primeira recolha, essencialmente estatística, de dados relativos ao concelho por áreas setoriais. Seguiu-se a fase do Diagnóstico Social (2013), em que, com a colaboração dos parceiros locais, foram identificados os principais problemas concelhios, bem como os recursos, oportunidades e ameaças inerentes à resolução dos mesmos. Os problemas sinalizados foram posteriormente agrupados em grandes áreas de problemáticas com a finalidade de as analisar de uma forma mais aprofundada. Nesta fase foram igualmente definidas prioridades de intervenção bem como as causas na origem dos problemas. De acordo com a sequência lógica da metodologia de planeamento da Rede Social, o Diagnóstico Social do Concelho do Entroncamento constituiu o ponto de partida para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, adiante designado PDS, na medida em que o mesmo desenhou e sistematizou o retrato concelhio em diferentes áreas do social, tendo em conta indicadores quantitativos e objetiváveis, permitindo determinar alguns

constrangimentos e oportunidades (quer ao nível de recursos, quer no que respeita a tendências e cenários), importantes para a definição de orientações estratégicas com viabilidade interventiva, que conduza a um desenvolvimento social local efetivo e sustentável.

Apresentamos neste documento mais uma etapa fundamental deste processo, o PDS, que pode ser entendido como um instrumento orientador da intervenção social das entidades locais com vista ao desenvolvimento social. Nesta etapa verifica-se a passagem de um nível de conhecimento para um nível de decisão, no qual são tomadas opções, definidos os objetivos e estratégias de intervenção, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social.

É neste quadro que se insere o PDS do Entroncamento 2015 -2017, que se constitui, como um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objetivos que a Rede Social se propõe alcançar num período de três anos e de enquadramento de linhas orientadoras de intervenção, tendo em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Este programa assenta numa metodologia de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Social e o PDS, conforme esquema que se apresenta seguidamente.



3 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ENTRONCAMENTO 2015-2017

O Desenvolvimento Social pressupõe: “Definição de um plano estratégico para 3/5 anos, com estratégias de intervenção, bem como os objetivos a alcançar. É um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objetivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local”¹.

O PDS enuncia estratégias para atingir uma situação social desejável, mas realista, do território sobre o qual incide.

No Diagnostico Social procedeu-se à identificação das prioridades de intervenção, tendo em conta, o grau de gravidade do problema e a sua dificuldade de resolução. Com o PDS, passa-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão e planeamento, no qual são feitas opções para corrigir, prevenir e induzir processos de mudança, capazes de promover o desenvolvimento local.

No PDS, estão definidos as ações, a programação das suas etapas e as

estratégias a desenvolver para alcançar uma situação social desejável.

O PDS é um instrumento de Ação que procura contratualizar:

- a. uma visão conjunta da situação e das transformações mais urgentes e possíveis a desencadear;
- b. as atribuições de cada um dos parceiros na fase de implementação;
- c. o modo como serão afetados os recursos comuns e de cada um dos parceiros;
- d. o modo como será feita a sua implementação;
- e. a participação na avaliação dos resultados da intervenção.

Os princípios que orientaram o PDS do Entroncamento encontram fundamento nas orientações da Rede Social. As prioridades identificadas no Diagnóstico Social, estiveram na base da reflexão e desenvolvimento dos Eixos Estratégicos que o Concelho do Entroncamento se compromete a seguir de 2015 a 2017. Com uma vigência de três anos, o PDS do Entroncamento irá organizar-se em Planos de Acção anuais, que se traduzem em programas de trabalho a curto prazo, cuja responsabilidade pela operacionalização dos objetivos e respetiva execução, fica a cargo das entidades que integram o CLAS.

¹ NÚCLEO DA REDE SOCIAL, *Guião prático para a implementação da Rede Social*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P., 2004.

Toda a intervenção deve ter um carácter estruturante e estruturador, isto é, que reforce o potencial existente e responda efetivamente às necessidades prioritizadas; mas também que seja ela própria motor de processos de inovação e consolidação da intervenção.

O PDS deverá privilegiar a **Responsabilidade Partilhada**, quer desde a definição das prioridades em consonância com o Diagnóstico Social, quer desde a priorização dos eixos estratégicos do Plano, quer posteriormente na afetação de recursos, concretização e avaliação.

Deve-se partir da existência de um compromisso, para que nos Planos de Atividades de cada organização parceira e demais agentes locais, se considerem objetivos e ações que concorram para a prossecução das prioridades assumidas no âmbito do PDS. Trata-se, pois, de uma lógica de cooperação e de complementaridade da ação, focalizada nos interesses do concelho.

De salientar o facto de, qualquer um dos documentos produzidos: Pré-diagnóstico, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação, procuram transmitir um conjunto de preocupações sentidas aquando da sua elaboração, sem prejuízo de existirem outras questões merecedoras de intervenção.

O PDS está organizado por Eixos de Desenvolvimento, que integram as prioridades de intervenção definidas no Diagnóstico Social e que derivam das nuvens de problemas identificadas, embora tenham sofrido alterações, sendo definidas pela positiva, numa perspetiva de mudança e refletindo as prioridades de intervenção estabelecidas.

O PDS 2015-2017 estrutura-se em cinco eixos estratégicos de intervenção, que refletem um conjunto transversal de problemáticas, de forma a serem definidas estratégias de atuação, para cada eixo de intervenção:

1. - Educação;
2. - Cidadania;
3. - Inserção Profissional;
4. - Saúde;
5. - Habitação Social;

3. 1- Opções Metodológicas

No concelho do Entroncamento, há um historial local de parcerias já existentes, criando-se objetivos comuns baseados na complementaridade das próprias parcerias, e definindo linhas estratégicas para alcançar os impactos pretendidos no sentido de minimizar os problemas que afetam a população mais desfavorecida.

A proposta metodológica definida em todas as fases da implementação da Rede Social do Entroncamento assenta numa estratégia de planeamento, onde são chamadas a participar todas as entidades públicas e privadas com intervenção na área concelhia. À semelhança das metodologias mobilizadas no âmbito do processo do Diagnóstico Social do concelho, na elaboração do PDS utilizou-se uma estratégia que passou pela realização de sessões de grupos de trabalho, organizados segundo as diferentes problemáticas.

Toda a ação foi direcionada tendo em conta as potencialidades do concelho, assim como os recursos internos de todos os parceiros com responsabilidade no desenvolvimento local, e tendo sempre em atenção o enquadramento geodemográfico do Entroncamento. Foram analisadas as oportunidades as fraquezas e as ameaças que poderão influenciar o planeamento assim como todos os fatores exógenos. Pretende-se fundamentalmente,

consolidar e definir todos os procedimentos e projetos que se têm vindo a desenvolver.

No processo de elaboração do documento optou-se por ter em conta os seguintes itens:

- a. **Eixos de desenvolvimento** – definidos com base nas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social;
- b. **Objetivos Estratégicos** – Objetivos de nível superior, devidamente enquadrados num determinado eixo de desenvolvimento definido, para a qual a intervenção contribui, mas que por si só não consegue garantir.
- c. **Estratégias** – apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objetivo estratégico, tendo em conta as alternativas possíveis.
- d. **Objetivos específicos** – referem-se a resultados a obter, e não só a orientações, como nos casos anteriores. Contribuem para a concretização dos objetivos estratégicos, mas têm uma abrangência mais restrita do que os anteriores, sendo que a intervenção deverá garantir o cumprimento dos primeiros, e contribuir para alcançar os segundos.

Foram trabalhadas a coerência interna e a pertinência dos eixos propostos com base na correspondência entre objetivos gerais, objetivos específicos, principais estratégias, resultados esperados e indicadores para monitorização.

Pode dizer-se que o PDS traça o retrato de uma situação social desejável e realista no concelho onde vai ser implementado.

3. 1 EIXO 1: EDUCAÇÃO

<u>Forças</u> - Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) – Intervenção ao nível psicossocial das famílias e crianças/jovens através dos parceiros . Prevenir e reduzir as condutas delinquentes e comportamentos de risco; - PESES – Promover a Educação para a saúde e educação sexual; - Escola de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão; - Escola de referência para autismo e equipa do ensino especial; - GIA (Gabinete de Informação ao aluno); - Conselho Municipal de Educação; - Diversidade de ofertas formativas incluindo cursos profissionais e tecnológicos; - Capacidade de resposta por parte da escola relativamente a casos de carência sócio económica inesperada (Pequeno almoço/lanches); - Estabelecimento de protocolos com entidades empresariais e de cariz social.	<u>Fraquezas</u> - Baixas expectativas/falta de interesse, relativamente ao percurso escolar e pouca participação de famílias carenciadas no processo ensino/aprendizagem dos filhos/educandos; - Problemas de comportamento/indisciplina; - Dificuldades em assinar protocolos com empresas para aceitarem estagiários. - Falta de resposta de equipamento de apoio à primeira infância (0 – 3 anos)
<u>Oportunidades</u> - Escola profissional Gustave Eiffel; - Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento – CERE (Respostas Sociais: Educacional, CAO, Lar, SADE, PIPE, CRI); - CRIT; - PIPE – Projeto de intervenção precoce; - CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Entroncamento; - Núcleo Local de Inserção; - Unidade de Cuidados na Comunidade - (Recurso a técnicos de saúde em termos de palestras e apoio no GAAF e GIA); - GIP (Gabinete de Inserção Profissional); - CLAC; - Ava social – Voluntariado; - Nersant; - Tagusvalley	<u>Ameaças</u> - Devido ao alargamento da escolaridade obrigatória, já se verificam situações de abandono em crianças de etnia cigana, principalmente no sexo feminino, relacionado com o padrão étnico cultural; - Falta de resposta adequada a nível de ATL para população carenciada em idade escolar; - O tecido empresarial do concelho, que é diminuto, tem dificuldade em responder às expectativas da escola no que respeita à colocação de estagiários dos cursos profissionais, - Difícil colocação no mercado de trabalho após o curso profissional; - Crescente número de alunos atingidos pela frágil situação económica dos agregados familiares.

No Eixo de Desenvolvimento “Educação”, as prioridades de intervenção definidas no Diagnóstico Social são:

1. Solucionar as baixas expectativas relativamente ao percurso escolar e reduzida participação das famílias sobretudo as mais carenciadas no processo ensino/aprendizagem dos filhos/educandos;
2. Solucionar Problemas de comportamento, com implicações negativas no sucesso escolar;
3. Integrar crianças de etnia cigana, que constituem um grupo numeroso de alunos com características peculiares, e que maioritariamente frequentam a Escola Básica do Bonito, combatendo o absentismo e o abandono escolar e promovendo o seu sucesso académico;
4. Superar as dificuldades em assinar protocolos com empresas para aceitação de estagiários.

Tendo em conta a ordem de priorização de problemas na fase de Diagnóstico Social, o problema de comportamento/indisciplina será o que mais claramente se destaca, até por ser a “face escolar visível” de problemas familiares a montante, tendo, a jusante, consequências negativas para o sucesso escolar dos alunos. A indisciplina configura-se, assim, como uma realidade que de alguma forma correlaciona

Problemas de caráter socio afetivo e dificuldades de âmbito escolar, obstaculizando a formação integral dos alunos e a plena assunção dos seus direitos e deveres de pessoas livres e responsáveis.

Neste sentido, e para contribuir para a plena integração de alunos que revelam sinais de desestruturação socio afetiva e comportamental, devem ser valorizadas as práticas desportivas e culturais enquanto fator de integração das crianças e jovens e apostar numa maior articulação entre as diferentes ofertas de ocupação dos tempos extracurriculares existentes, indo ao encontro dos interesses dos jovens. Com efeito, a ocupação dos jovens e a implementação de ações de sensibilização através de formação para alunos, pais e encarregados de educação poderão reduzir os comportamentos indisciplinados e de risco.

No que diz respeito ao grupo de crianças de etnia cigana, não obstante os progressos que se vêm fazendo sentir, e para que estas tenham um percurso escolar que as conduza até ao ensino secundário, o que até ao momento muito raramente aconteceu, recomenda-se a intervenção de um mediador cultural, que possa estabelecer elos de ligação entre a cultura cigana e a cultura dominante, incentivando as famílias para a valorização da escola e responsabilizando-as pelo eventual absentismo e/ou abandono escolar dos seus filhos/educandos.

A educação é um dos indicadores mais importantes para o desenvolvimento social, já que constitui um fator de mudança em todos os setores sociais e económicos. A este nível, tem-se constatado no concelho do Entroncamento a implementação e desenvolvimento de diversas iniciativas que visam a intervenção junto da comunidade educativa no concelho, promovidas quer pela Câmara Municipal, quer pelas próprias escolas e outros agentes locais. Neste âmbito, são operacionalizadas atividades, projetos e programas que visam não só a mais eficaz integração da população estudantil, como o envolvimento e articulação dos diferentes contextos em que se promove a educação, isto é, a escola, a família e a comunidade.

Os problemas diagnosticados, como as baixas expectativas relativamente ao percurso escolar e a fraca participação sobretudo das famílias carenciadas no processo ensino/aprendizagem dos filhos/educandos, se não forem superados, fomentam a transmissão intergeracional de perfis de vulnerabilidade individual e familiar, afetando necessariamente a inclusão e impedindo a ascensão social que um percurso escolar bem - sucedido pode promover.

É, pois, imperioso apostar no grau de motivação dos alunos, envolver e sensibilizar as famílias para a promoção da educação através de boas práticas

pedagógicas, valorizar as práticas desportivas e culturais enquanto fator de integração e apostar numa maior articulação entre os diferentes ofertas de ocupação de tempos livres existentes, indo ao encontro dos interesses das crianças e dos jovens. A par disso, há que cultivar também a consolidação de uma cultura de exigência da instituição escolar junto da comunidade educativa e promover a aprendizagem ao longo da vida, em particular junto das famílias mais vulneráveis social e culturalmente. Assim, devem ser implementadas respostas escolares e extraescolares para as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

No que respeita às dificuldades em assinar protocolos com empresas para aceitarem estagiários, dos cursos profissionais e ensino vocacional, devem-se sobretudo à falta de tecido empresarial no concelho do Entroncamento. O acolhimento de jovens estudantes estagiários pelas empresas e, depois, a sua eventual e desejável integração na qualidade de trabalhadores ainda carecem, na verdade, de um caminho a percorrer.

Face a esta realidade, recomenda-se que, até 31 de dezembro de 2017:

Propõe-se as estratégias delineadas no quadro abaixo indicado.

Quadro n.º 1 - Eixo 1 Educação

Objetivo Geral: Promover o Sucesso Escolar das crianças e jovens.

O QUÊ	COMO	QUEM	AVALIAÇÃO	
Objetivo específico	Estratégias	Entidades/Parcerias a envolver	Resultados esperados	Indicador
- Solucionar as baixas expectativas relativamente ao percurso escolar e reduzida participação das famílias carenciadas no processo ensino/aprendizagem dos filhos/educandos.	1. Promoção de ações de sensibilização e do incremento dos níveis de responsabilização do seu papel enquanto pais e educadores.	• Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento/parceiros.	▣ Aumento do nível de interesse e participação dos pais e encarregados de educação no percurso académico dos seus filhos/educandos.	a. Nº de ações realizadas.
- Reduzir Problemas de comportamento/indisciplina com implicações negativas no sucesso escolar.	2. Assegurar a continuidade dos Gabinetes de Mediação Disciplinar; 3. Assegurar a continuidade do trabalho das equipas multidisciplinares, que funcionam semanalmente na Escola Secundária, na escola Dr. Ruy d'Andrade e na Escola Básica do Bonito, de acordo com o estipulado no Estatuto do aluno; 4. Responsabilização das famílias relativamente ao cumprimento dos seus deveres parentais; 5. Continuar a oferecer atividades desportivas para ocupação das férias letivas, promovidas pelos técnicos de desporto da autarquia; 6. Manter a estreita ligação do Agrupamento com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Entroncamento.	• Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, CPCJ e outros parceiros.	▣ Redução dos problemas de indisciplina, potenciando o sucesso das aprendizagens e formação integral dos alunos; ▣ Redução significativa do absentismo e abandono escolar dos alunos.	b. Nº de alunos apoiados.

O QUÊ	COMO	QUEM	AVALIAÇÃO	
Objetivo específico	Estratégias	Entidades/Parcerias a envolver	Resultados esperados	Indicador
- Integrar crianças de etnia cigana, que constituem um grupo numeroso de alunos com características peculiares, e que maioritariamente frequentam a Escola Básica do Bonito, combatendo o absentismo e o abandono escolar e promovendo o seu sucesso académico.	7. Intervenção junto dos alunos de etnia cigana e das suas famílias incrementando a sua integração escolas e sócio cultural através da implementação de ações/projetos destinados especificamente a estes alunos, que maioritariamente frequentam a Escola Básica do Bonito.	Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, Município do Entroncamento, CPCJ e outros parceiros.	▣ Aumento do sucesso académico destes alunos com redução significativa do abandono escolar.	c. Nº de alunos com sucesso.
- Manter a diversidade de ofertas formativas, incluindo cursos profissionais e de ensino vocacional.	8. Assinatura de protocolos com empresas para aceitação de estagiários.	Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento e empresas da região.	▣ Ultrapassar as dificuldades na assinatura de protocolos.	d. Nº de protocolos estabelecidos.
- Apoiar os alunos que revelem dificuldades de aprendizagem e cujas famílias não possuem recursos económicos para corresponderem a essas necessidades.	9. Criação do projeto Educativo.	Município do Entroncamento.	▣ Aquisição de competências ao nível da leitura e da escrita, junto dos alunos do 1º e 2º ciclo do ensino básico.	e. Nº de alunos apoiados.
- Ensinar sobre comportamentos saudáveis e aquisição de competências de autonomia para cuidar da sua saúde; - Promover a adoção de estilos de vida saudável ao nível da alimentação, sexualidade e perigos do uso de substâncias aditivas.	10. Palestras sobre a Educação sexual e higiene corporal.	UCC Entroncamento/USP.	▣ Aumento de nº de crianças e jovens com estilos de vida e comportamentos saudáveis.	f. Nº de ações realizadas.

3. 2 - EIXO 2: CIDADANIA

Ponto de partida - Matriz SWOT Social

Forças

- Medida do Rendimento Social de Inserção;
- Subsídios eventuais -Rubrica da Carência, Rubrica de HIV, Rubrica da Toxicodependência
- PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados); atualmente designado por FEAC (Fundo de emergência de apoio a carenciados);
- Ajudas técnicas/Produtos de apoio;
- Prestações familiares do regime não contributivo:
(Abono de família para Crianças e jovens; Abono de família pré-natal;- Subsidio de maternidade; Subsídio de monoparentalidade;- Bonificação por deficiência; - Subsidio mensal vitalício; - Complemento por Dependência I e II grau; - Fundo Garantia a Menores; - Subsidio Social de Desemprego; - Subsidio Social Subsequente; - Reformas / Pensões Sociais – Invalidez, - Velhice, - CSI – Complemento Solidário para idosos.)

Fraquezas

- Aumentos do nº de famílias a requererem os Benefícios;
- Disfuncionalidade familiar (Monoparentalidade e repetição de ciclos de vida familiar disfuncionais; Baixas competências pessoais, sociais e parentais.
- Existência de casos isolados e idosos em situação de vulnerabilidade e risco;
- Falta de resposta de equipamento de apoio à primeira infância (0 – 3 anos)

Oportunidades

- CPCJ;
- Cáritas
- Conferência Nossa Senhora de Fátima;
- Conferência São João Batista;
- Ação Social – Voluntariado;
- Cartão entroncamento solidário;
- Campanha Direito à Alimentação;
- Teleassistência;
- Aplicação da tarifa do consumo da água para famílias com baixos rendimentos;
- Programa de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais
- IPSS (Associação dos Lares Ferroviários, Lar Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, Lar Fernando Eiró Gomes, CERE, Centro de Convívio);
- Universidade Sénior.

Ameaças

- Desemprego;
- Divórcios;
- Ausência e/ou baixos rendimentos;
- Precariedade de trabalho;
- Abandono escolar precoce das crianças e jovens de etnia cigana;

No Eixo de Desenvolvimento “**Cidadania**”, as prioridades de intervenção definidas no Diagnóstico Social são:

1. Promover a autonomização das famílias apoiando em tempo útil, responsabilizando-as pela eficiência na utilização dos benefícios sociais recebidos;
2. Promover oportunidades para a quebra dos ciclos das famílias disfuncionais;
3. Dar Continuidade ao trabalho desenvolvido pela equipa de apoio a pessoas e idosos em situação de vulnerabilidade, risco e dependência, de forma a prevenir mortalidade e morbilidade associada ao isolamento social.

Face a esta realidade, recomenda-se que, até 31 de dezembro de 2017:

A urgência de promover outras alternativas nomeadamente responsabilizar os pais no cumprimento da escolaridade obrigatória dos seus educandos para que possam vir a ter outras oportunidades ao nível formativo e de emprego, com o objetivo de contribuir para a quebra dos ciclos das famílias disfuncionais nomeadamente com baixas competências pessoais, sociais e parentais.

Face à conjuntura sócio económica do país que levou a um aumento significativo da taxa de desemprego e uma redução de benefícios por parte de quem trabalha, diminuindo o nível da qualidade de vida

dos cidadãos, implicou que houvesse uma afluência aos benefícios sociais.

Este PDS, contempla um conjunto de serviços de apoio social nomeadamente Cartão Entroncamento Solidário, Campanha Direito à Alimentação, Aplicação da tarifa do consumo da água para famílias com baixos rendimentos de forma a Reduzir custos inerentes ao consumo de água) a disponibilizar aos agregados em situação de comprovada carência económica.

De acordo com a priorização dos problemas, no âmbito da realização do Diagnóstico Social, foi comunicada uma preocupação com a população idosa em situação de isolamento e vulnerabilidade.

Para esta situação foi criado o grupo de apoio a famílias e idosos em situação de vulnerabilidade e risco e dependência, de forma a desenvolver um trabalho direto com este grupo valorizando a pessoa idosa enquanto cidadã ativa e interveniente no desenvolvimento social local.

Considera-se que este eixo é transversal a todo o PDS e por esse motivo a designação foi alterada para cidadania, dado que é através do cumprimento das regras primárias da saúde, da educação/formação e da integração no mercado de trabalho que se poderá contribuir num futuro próximo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e uma maior cidadania.

Objetivo Geral: Promover a integração social das famílias//Promover a qualidade de vida às pessoas idosas.

O QUÊ	COMO	QUEM	AVALIAÇÃO	
Objetivo específico	Estratégias	Entidades/Parcerias a envolver	Resultados esperados	Indicador
- Apoiar a população carenciada com bens de primeira necessidade.	1. Continuidade na atribuição após avaliação do Cartão Entroncamento Solidário; 2. Apoio social a famílias carenciadas em situação de emergência; 3. Colaboração com a Cáritas na aquisição de géneros alimentares para serem distribuídos às famílias mais carenciadas; 4. Aplicação da tarifa do consumo da água para famílias com baixos rendimentos.	• Município do Entroncamento; • Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima; • Rede social; • Junta de Freguesia São João Baptista; • Município do entroncamento.	▣ Assegurar necessidades básicas, nomeadamente ao nível da alimentação; ▣ Assegurar as necessidades básicas ao nível da alimentação; ▣ Reduzir custos inerentes ao consumo de água.	a. Nº de agregados apoiados/Nº de agregados autonomizados; b. Nº de agregados apoiados ao nível de géneros, alimentares, medicamentos); c. Nº de alimentos fornecidos; d. Nº de agregados apoiados; e. Nº de agregados a usufruir da tarifa.
- Promover a aquisição das competências no grupo/comunidade.	5. Ações de sensibilização em atividades básicas diárias e gestão das competências familiares; 6. Implementação do Projeto «Família+».	• Unidade de Cuidados na Comunidade; • Município do Entroncamento.	▣ Adquirir e/ou melhorar as competências pessoais, parentais e sociais das famílias.	f. Nº de famílias sinalizados/nº de famílias acompanhadas.
- Intervir ao nível do acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade, risco e dependência.	g. Continuação da campanha do direito à alimentação; h. Programa de Emergência Social; i. Trabalho direto do Grupo de apoio a pessoas e idosos em situação de vulnerabilidade; j. Caraterizar as necessidades da população idosa; k. Priorizar/Intervir de acordo com os critérios de risco /vulnerabilidade e dependência; l. Continuação das atividades do Programa Reviver; m. Projeto - Laços & Abraços- Gabinete de apoio ao idoso.	• Município do Entroncamento/Ava social; • Rede Social – Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento e Associação dos Lares Ferroviários; • UCC e Rede Social, • Parceiros do Programa; • Junta de Freguesia São João Batista.	▣ Promover a sua autonomia e desenvolvimento das respetivas capacidades; ▣ Melhoria das condições de vida dos idosos; ▣ Aumento do nº de idosos que praticam atividade física; ▣ Bem estar psicológico do idoso, combater a solidão e promover um trabalho de proximidade.	g. Nº de agregados apoiados; h. Nº de agregados apoiados; i. N.º de pessoas visitadas realizadas; j. N.º de Pessoas com resolução dos problemas identificados pela equipa; k. Nº reuniões anuais realizadas. l. Nº de idosos apoiados.

3. 3 - EIXO 3: INSERÇÃO PROFISSIONAL

Ponto de Partida - Matriz SWOT Inserção profissional

Forças - Câmara Municipal do Entroncamento - Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e CENPRE; - Medidas de apoio ao emprego; - Projetos financiados para desenvolver / criar o próprio emprego; - Cursos de formação profissional; - Centros de Formação Profissional (Tomar e Santarém); - ACIS.	Fraquezas - Falta de ofertas de emprego; - Dificuldades na Inserção / Reinserção Socioprofissional.
Oportunidades - Criação de condições para a implementação de pequenas empresas no concelho; - Promoções de atividades económicas e comerciais no concelho; - Divulgação das oportunidades de apoio à contratação, com a articulação entre o Gabinete de Inserção Profissional e às empresas locais; - Angariações de ofertas de emprego; - Empresas de trabalho temporário; - Ações de formação profissional; - Ações de formação escolar; - Programas ocupacionais, como facilitadores da integração profissional.	Ameaças - Crise económica com encerramento de muitas empresas; - Falta de resposta sociais ao nível de creche, dificultando a inserção/reinserção profissional materna; - Falta de autonomia de transporte e de resposta ao nível de transporte público para os concelhos limítrofes; - Precariedade do trabalho; - Tendência para o aumento do desemprego de longa duração; - Aproveitamento de certos empresários da situação de desemprego elevado e persistente; - Programas ocupacionais, utilizados como substitutos de postos reais de trabalho;

No Eixo de Desenvolvimento “Inserção Profissional”, a prioridade de intervenção, definida no Diagnostico Social são:

1. Angariação de ofertas de emprego e melhor ajuste entre a procura e a oferta de competências;
2. Qualificação profissional e ou escolar para os candidatos a emprego com baixas qualificações;
3. Dar Continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Inserção Profissional em estreita cooperação com o Serviço de Emprego de Torres Novas.

Este eixo estratégico de desenvolvimento vai no sentido de continuar a dar ao concelho Formação/Qualificação Profissional e Emprego.

A este nível a aposta vai no sentido de levar à prática um conjunto de propostas capaz de se afirmar a nível regional, centrando a intervenção na promoção da criação de emprego, prevenção e combate ao desemprego e reforço da qualificação da população.

Indubitavelmente, os territórios devem apostar na qualidade dos seus recursos humanos para se tornarem competitivos, bem como na capacidade tecnológica e na permeabilidade à inovação, apostando em políticas vocacionadas para a diversificação da produção de bens e serviços, ao mesmo tempo que procuram elevar os níveis

qualificação da população, reforçando os sistemas de aprendizagem ao longo da vida, mobilizando os/as cidadãos/as para a importância de adquirir competências pessoais e sociais, permitindo a adaptação às exigências atuais do mercado de trabalho.

A prioridade máxima neste eixo foi atribuída à problemática da falta de ofertas de emprego e da inserção/reinserção profissional, pretendendo-se nesta área ajustar progressivamente a oferta e a procura de emprego e uma maior proximidade entre os contextos formativos e empresariais no que diz respeito às empresas existentes e às suas necessidades formativas atuais e futuras.

Pretende-se sobretudo continuar a apostar na comunicação entre Instituto de Emprego e Formação Profissional, através do Gabinete de Inserção Profissional, e o tecido empresarial, as escolas e população em idade ativa e na dimensão regional do desenvolvimento económico do Concelho, através de um conhecimento mais atualizado do tecido empresarial e das características e necessidades da população desempregada do concelho.

Neste sentido, como orientações para a intervenção sobre as problemáticas diagnosticadas, e sendo um dado adquirido que os problemas nesta área não se resolvem exclusivamente ao nível local, foram apontadas medidas com um

enfoque especial nas que incidem sobre a angariação de ofertas de emprego e condições para a criação de pequenas empresas no Concelho, a qualificação escolar/profissional e em suporte de apoio social na inserção/reinserção profissional materna.

Paralelamente, é também neste eixo estratégico que se dá substancial primazia ao estreitar de relações com o mundo empresarial, promovendo a sua participação ativa no processo de desenvolvimento local, através da criação e manutenção do emprego e da disponibilidade de estabelecimentos de ensino e formação, para ministrar formação escolar / profissional no Concelho.

Face a esta realidade, recomenda-se:

- Continuar a existir até 31 de dezembro de 2017, o Gabinete de Inserção Profissional, que apoia os desempregados no seu percurso de inserção e reinserção no mercado de trabalho, através de um conjunto de atividades desenvolvidas junto à população ativa do Concelho. Nomeadamente: Sessões de apoio ao emprego, apresentação de desempregados às ofertas de emprego, colocação dos desempregados nas ofertas disponíveis, recolha de ofertas de emprego, controlo da apresentação periódica dos subsidiados;
- Continuar a fazer visitas às empresas do Concelho, com o objetivo de angariar

novas ofertas de emprego, de apoiar na manutenção do nível de empregabilidade (divulgando as medidas de apoio à contratação) e do conhecimento mais atualizado do setor empresarial da região no que diz respeito às suas necessidades formativas futuras;

- Disponibilizar espaços destinados às entidades formadoras que pretendam ministrar ações de formação escolar e ou profissional no Concelho;
- Manter espaços e criar condições para as pequenas e médias empresas desenvolverem-se no Concelho;
- Melhorar o nível de competitividade do setor empresarial.

Quadro n.º 3 - Eixo 3 Inserção Profissional

Objetivo Geral: Promover a inserção e reinserção profissional dos desempregados, jovens ou adultos, pela via laboral ou de qualificação profissional, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

O QUÊ	COMO	QUEM	AVALIAÇÃO	
Objetivo específico	Estratégias	Entidades /Parcerias a envolver	Resultados esperados	Indicador
-Divulgar programas e medidas de apoio ao emprego e oferta formativa disponível.	1. Ministrar sessões de informação coletiva.	• IEFP; • GIP.	☑ Inserir no mercado de trabalho ou em cursos de formação profissional /escolar, os jovens e adultos desempregados.	a. N.º Sessões ministradas e nº de candidatos abrangidos.
-Melhorar os níveis de empregabilidade.	2. Recolha de ofertas de emprego, angariadas nas visitas às entidades empregadoras. Divulgação das disponíveis pelo IEFP e apresentação dos desempregados em ambos os casos.	• IEFP; • GIP.	☑ Diminuir a taxa de desemprego do concelho.	b. Taxa de desemprego inferior ao ano anterior.
-Apoiar os desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho através dos programas e medidas de apoio ao emprego.	3. Inscrição e encaminhamento dos desempregados subsidiados e beneficiários do RSI, para ações de formação de diversas modalidades desenvolvidas pelo I.E.F.P ou entidades formadoras externas, bem como para CEI e CEI+ (Contrato Emprego Inserção) e Estágios Profissionais.	• GIP; • NLI.	☑ Aumentar a qualificação escolar e ou profissional dos candidatos ao emprego e dos beneficiários do RSI, inserir os desempregados nos programas ocupacionais ou estágios profissionais.	c. Nº de desempregados encaminhados para ações de formação, CEI's e Estágios Profissionais.
-Desenvolver competências pessoais e sociais e as técnicas de procura de emprego.	4. Ministrar sessões de apoio à procura de emprego.	• IEFP; • GIP.	☑ Orientar os desempregados na elaboração de instrumentos para a procura ativa de emprego e a desenvolver uma comunicação assertiva.	d. Nº de sessões de apoio e nº de candidatos abrangidos.
-Apoiar os desempregados no cumprimento do dever de apresentação quinzenal.	5. Controlo da apresentação periódica dos beneficiários de prestações de desemprego.	• GIP.	☑ Registar a presença periódica dos desempregados subsidiados da freguesia de São João Baptista.	e. Nº de presenças de beneficiários nas apresentações.
-Desenvolver competências e melhorar as condições de vida deste grupo.	6. Desenvolver cursos para qualificação profissional de pessoas com deficiência e ou incapacidades.	• IEFP.	☑ Vida mais autónoma e produtiva.	f. Nº de cursos ministrados.
-Incentivar o nível de competitividade do setor empresarial.	7. Organização de eventos, feiras, Seminários para dar informação/práticas sobre empreendedorismo.	• CME/ACIS/Nersant/Tagusval ley	☑ Novas oportunidades de emprego.	g. N.º de empresas com rentabilidade igual ou superior aos rivais no mercado.

3. 4 - EIXO 4: SAÚDE

Ponto de partida: Matriz SWOT Saúde

Forças - Gestão orientada para o trabalho em parceria; - Disponibilidade para estabelecer, desenvolver e consolidar parcerias; - Equipa multiprofissional especializada; - Motivação da equipa da UCC, para a prestação de cuidados à população alvo; - Equipa de Cuidados Continuados Integrados; - Gestão do regime terapêutico - Intervenção a pessoas com risco, vulnerabilidade e dependência e seus familiares/cuidadores; - Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco – NACJR; - Formação/ensino aos familiares sobre os cuidados à pessoa em situação de risco, vulnerabilidade e dependência; - Promoção do conforto e acesso - Ajudas técnicas; - Projeto de intervenção em visita domiciliária a famílias de risco; - Resposta básica de cuidados de saúde ao indivíduo e família pela UCSP e USF Locomotiva de 2ª a 6ª feira.	Fraquezas - Falta de recursos humanos para implementação de intervenções especializadas na área de saúde mental na comunidade; - Falta de recursos humanos para implementação de intervenções especializadas na área dos cuidados paliativos; - equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos.
Oportunidades - Reorganização dos cuidados de saúde primários e a reafetação de recursos para a implementação da UCCE, dedicada ao trabalho com as pessoas, famílias, grupos e comunidade em situação de risco, vulnerabilidade e dependência; - Centro Hospitalar Médio Tejo - Hospital de Dia de Psiquiatria; - Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento - Hospital de S. João Batista; - Outras Unidades da RNCCI no Entroncamento – Unidade de Curta Duração e Convalescença, Unidade de Média Duração e Reabilitação, Unidade de Longa Duração; - Associação dos Lares Ferroviários – Lar do Entroncamento e Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento – Lar Fernando Eiró; - Câmara Municipal do Entroncamento; - Juntas de Freguesia do Entroncamento; - Centro de ensino e recuperação do Entroncamento - CERE; - Comissão de proteção de crianças e jovens - CPCJ; - Projeto de Intervenção Precoce - PIPE; - Rendimento social de inserção - RSI; - Outras entidades e instituições, programas e projetos da comunidade com intervenção à população alvo; - Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento.	Ameaças - Aumento da procura de serviços de saúde devido características demográfica da população - Envelhecimento populacional e consequente Doenças de foro psicológico e psiquiátrico; - Insuficiência de apoio/equipamentos na comunidade (lares sociais) para idosos, existência de listas de espera; - Rendimento das pessoas idosas que vivem sós e ou com dependência, não permite o pagamento de equipamentos sociais privados; - Política Orçamental que implicam a redução de horas afetas à prestação de serviços de nutrição, psicologia e ausência de Serviço Social, bem como impedimento de novas contratações de recursos humanos.

No Eixo de Desenvolvimento “**Saúde**”, as prioridades de intervenção definidas no Diagnóstico Social são:

1. Ter respostas especializadas de proximidade (no domicílio e concelho) aos utentes, famílias e grupos, na área de saúde mental na comunidade;
2. Ter respostas especializada de proximidade (no domicílio) aos utentes, famílias, de cuidados paliativos;
3. Garantir a continuidade de cuidados e intervenção especializada na área da saúde e social a Pessoas, Famílias e Grupos em risco, vulnerabilidade e dependência.

- Até 31 de Dezembro de 2017, existem horas de cuidados de profissionais especializados no âmbito da Saúde Mental, para dar resposta prioritária, à população alvo no Concelho do Entroncamento.

- Continuidade do projeto de apoio às pessoas que vivem sós com critérios de risco, vulnerabilidade e dependência

Face a esta realidade, recomenda-se:

- Até 31 de Dezembro de 2015, identificar número e o tipo de pessoas com necessidades específicas em cuidados paliativos, de modo a, planejar adequadamente a implementação de uma resposta institucional.

- Até 31 de Dezembro de 2016, propor uma candidatura, à Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos, ou outra alternativa, para dar resposta à população alvo no Concelho do Entroncamento.

Quadro n.º 4 - Eixo 4 Saúde

Objetivo Geral: Adequar os cuidados de saúde especializados às necessidades de cuidados paliativos e de saúde mental à população do concelho do Entroncamento.

O QUÊ	COMO	QUEM	AVALIAÇÃO	
Objetivo específico	Estratégias	Entidades/Parcerias a envolver	Resultados esperados	Indicador
-Ter respostas especializadas de proximidade (no domicílio e concelho) aos utentes, famílias e grupos, na área de saúde mental na comunidade.	1. Identificação do número e o tipo de pessoas com necessidades específicas em saúde mental /gestão do regime terapêutico; 2. Sensibilização institucional para afetar recursos na área de saúde mental, face às necessidades identificadas na comunidade.	• UCC/ACES Médio Tejo, parceiros da comunidade.	▣ Existência de Horas de Cuidados de profissionais especialistas na área de saúde mental.	a. N.º de horas de profissionais especializados; b. N.º de utentes acompanhados.
-Propor uma candidatura, à Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos, ou outra alternativa, para dar resposta à população alvo no Concelho do Entroncamento.	3. Identificação do número e o tipo de pessoas com necessidades específicas em cuidados paliativos, de modo a, planear adequadamente a implementação de uma resposta institucional; 4. Candidatura, à Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos, ou outra alternativa, para dar resposta à população alvo no Concelho do Entroncamento.	• UCC/ACES Médio Tejo, parceiros da comunidade; • UCC/Associação Outonos da Vida.	▣ Caraterização das necessidades em cuidados paliativos na população alvo; ▣ Implementação de unidade/serviços Domiciliária/os de Cuidados Paliativos.	c. Relatório de caraterização e apresentação em rede social Existência da unidade ou serviços desta.

3.5 - EIXO 5: HABITAÇÃO SOCIAL

Ponto de partida - Matriz SWOT - Habitação Social

Forças

- Levantamento exaustivo das famílias residentes em barracas ou edificações similares existentes no concelho;
- Obras de melhoramento e requalificação das habitações e espaços envolventes ao nível de saneamento, eletricidade e arruamentos, através de protocolo com a Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima;
- Questionário aos habitantes dos Blocos Sociais em termos de compra das habitações;
- Aquisição das habitações sociais a custos controlados aos residentes das habitações, assim como à comunidade, com baixos recursos económicos.

Fraquezas

- Falta de habitação social para agregados familiares carenciados;

Oportunidades

- Nesse campo nada há a registar.

Ameaças

- Os candidatos à aquisição de habitação social não terem crédito bancário para a mesma;
- Rendas elevadas do património habitacional do concelho.

No Eixo de Desenvolvimento “**Habitação social**”, atendendo a que no ano 2013 no diagnóstico social, foi identificado como problema a “falta de habitação social” é de referir que até Setembro de 2014, foram atribuídas habitações sociais às famílias carenciadas que se encontravam inscritas em lista de atribuição de habitação social.

À data de realização do respetivo documento o total de habitações sociais no concelho do Entroncamento é de 180.

177 agregados alojados em habitação social num total de aproximadamente 410 pessoas

Em virtude desta alteração redefinimos as prioridades de intervenção que passam a ser:

1. Responsabilização dos agregados que usufruem da habitação social no cumprimento do pagamento da renda de casa
2. Responsabilização dos agregados na manutenção/ das habitações sociais
3. Supervisionar o número de pessoas por habitação social, face ao contratualizado

Face a esta situação recomenda-se:

- a. - Responsabilizar os inquilinos no cumprimento do pagamento referente a renda de casa;
- b. - Dar continuidade à supervisão das condições de habitabilidade das habitações sociais;
- c. - Garantir que se mantem apenas os elementos do agregado familiar contratualizados, prevenindo a sobrelotação das habitações e consequente degradação das mesmas e ou modificações de espaços sem autorização.

Objetivo Geral: Melhorar as condições de habitabilidade das famílias com baixos rendimentos.

O QUÊ	COMO	QUEM	AVALIAÇÃO	
Objetivo específico	Estratégias	Entidades/Parcerias a envolver	Resultados esperados	Indicador
- Responsabilizar os inquilinos no cumprimento do pagamento referente a renda de casa.	1. Identificação mensal dos cumpridores e não cumpridores; 2. Reportar superiormente a lista de não cumpridores; 3. Implementar as medidas corretivas / acordos parcelares de pagamento.	• Município do Entroncamento.	☑ Cumprimento das obrigações mensais	a. Nº de não cumpridores; b. Nº de acordos realizados com não cumpridores; c. Nº de cumpridores.
- Dar continuidade à supervisão das condições de habitabilidade das habitações sociais.	4. Visitas domiciliárias às habitações sociais.	• Município do Entroncamento.	☑ Manutenção das condições de habitabilidade	d. N.º de visitas domiciliárias realizadas.
- Garantir que se mantem apenas os elementos do agregado familiar contratualizados, prevenindo a sobrelotação das habitações e consequente degradação das mesmas e ou modificações de espaços sem autorização.	5. Visitas domiciliárias às habitações sociais.	• Município do entroncamento; • PSP.	☑ Manutenção do número de moradores contratualizados por habitação social	e. Nº de visitas domiciliárias realizadas.

4 - CONCLUSÃO

O PDS resultou de um esforço conjugado, de uma linha já existente de parceria que constituem todas as entidades do Conselho Local de Ação Social do Entroncamento, e de algumas entidades extra – concelhias.

Este documento servirá como uma linha de orientação e apoio, sendo um contributo para o desenvolvimento social, adequado às necessidades identificadas. É um instrumento dinâmico e transversal, com flexibilidade para permitir ajustar-se às mudanças sociais no contexto.

Neste Plano estão, assim, definidas as grandes prioridades para o desenvolvimento do Concelho, operacionalizadas em objetivos, estratégias e resultados a atingir, no próximo triénio, dentro de cada eixo estratégico.

Numa lógica de desenvolvimento sustentável, com este PDS pretendemos criar, implementar e fomentar uma cultura de planeamento estratégico integrado e participado do desenvolvimento social, valorizando os recursos locais do Concelho e as sinergias, de modo a obter melhores soluções ao nível local.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. NÚCLEO DA REDE SOCIAL, Guião prático para a implementação da Rede Social, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P., 2004.
2. NÚCLEO DA REDE SOCIAL, Plano de Desenvolvimento Social, Lisboa, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, 2003.
3. NÚCLEO DA REDE SOCIAL, Programa Rede Social, Lisboa, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, 2001

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CIDADE DO ENTRONCAMENTO

ASSOCIAÇÃO DOS LARES FERROVIÁRIOS

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

CERE – CENTRO DE ENSINO E RECUPERAÇÃO

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL

JUNTAS DE FREGUESIAS DO ENTRONCAMENTO

UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE

PARCEIROS CONVIDADOS: GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

LAR SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO ENTRONCAMENTO